

Margarida Julia Farias de Salles Andrade

A Verticalização e a Origem do Movimento Moderno em Fortaleza

Resumo

Para um entendimento da produção da arquitetura brasileira, faz-se necessário uma maior aprofundamento acerca das variedades regionais, de forma a estabelecer uma leitura ampla e menos centralizador.

Dentro desta perspectiva desenvolveu-se este artigo, que é parte parcial de uma pesquisa que estamos desenvolvendo junto à disciplina de História da Arquitetura da Universidade Federal do Ceará e que trata da documentação e sistematização do conhecimento relativo à reestruturação do espaço urbano de Fortaleza a partir de 1930.

O primeiro momento do trabalho se coloca como uma tentativa de um entendimento sobre o crescimento vertical de Fortaleza, no período de 1930-1964, decorrente de nossa reflexão em torno da produção vertical, como uma das formas de ocupação do espaço urbano de Fortaleza.

O estudo se aprofunda enfocando a evolução da legislação urbanística a partir do primeiro Código de Obras de 1932, no qual o concreto armado é destacado em um capítulo, material esse que vai representar a modernização da arquitetura e ao mesmo tempo vai exigir a participação de profissionais especializados. Posteriormente nos decretos de 1936 e 1938 verificar-se-á a tentativa de induzir a verticalização da área comercial, através de exigências de prédios de dois ou mais pavimentos.

A cidade então já conhecia a partir da década de 30 as novas técnicas construtivas. O concreto armado começava a sobrepor-se às paredes de alvenaria e os engenheiros calculistas dominavam o padrão arquitetônico e construtivo até fins da década de 50. Este grupo de engenheiros locais e do sul do país, é formado em especial por Alberto Sá, Silvio Jaguaribe Eckman, Jaime Câmara Vieira, Jaime Anastácio Verçosa, José Alberto Cabral e outros. Como um exemplo notável para esta geração podemos identificar os Pavilhões das Oficinas da Viação Cearense, construída antes do projeto do MEC no Rio de Janeiro pelo engenheiro Emílio Baumgart, participante da equipe da referida obra.

Esse contexto começa a se transformar com o retorno à terra natal, dos jovens arquitetos formados em outras regiões, principalmente do Rio de Janeiro. Em 1957 um grupo de sete arquitetos funda a Delegacia Cearense do Instituto de Arquitetos do Brasil e pela primeira vez, no

ensino da Arquitetura, os arquitetos tinham a oportunidade de montar isoladamente um curso nesta área. Em janeiro de 1965 realiza-se o primeiro vestibular para arquitetura, e em 1969 diplomava-se a primeira turma.

Os primeiros exemplos de destaque da verticalização das construções ficam reservados em geral para o uso comercial no centro da cidade. Alguns exemplos desta tendência já surgiam: Correios e Telégrafos em 1934 (com 3 pavimentos), Edifício Parente em 1936 (com 5 pavimentos), Edifício Carneiro em 1938 (com 5 pavimentos), Cine Diogo em 1940 (com 9 pavimentos), Edifício Prudência em 1947 (com 7 pavimentos).

Analisando as alterações introduzidas nas plantas de zoneamento dos planos de Saboya Ribeiro (1947) e Hélio Modesto(1963), observa-se na zona central uma progressiva elevação do gabarito máximo permitido, passando de sete pavimentos em 1947, para doze pavimentos em 1963. No Plano Saboya Ribeiro a função residencial não é destacada no seu memorial, mas determina 5 zonas para limitação do volume e altura dos prédios. Observa-se então que a medida que os edifícios se afastam do centro menor é o número de pavimentos permitido e maior o afastamento do alinhamento. Quanto ao Plano Hélio Modesto é estabelecida a classificação das áreas residenciais em quatro zonas, variando de oito a três pavimentos.

Observa-se que o processo de verticalização em Fortaleza entre 1930-1960, objeto desse trabalho, teve origem na área central da cidade expandindo-se posteriormente para os bairros. Nessa tendência, a mudança da função foi alterada, predominando nas zonas residenciais os edifícios multifamiliares e institucionais. Foi no centro no entanto que se verificou com mais intensidade a concretização desse processo.

Texto Principal

Para um entendimento da produção da arquitetura brasileira, faz-se necessário um maior aprofundamento acerca das variedades regionais, de forma a estabelecer uma leitura ampla e menos centralizadora.

Dentro desta perspectiva desenvolveu-se este artigo, que é parte parcial de uma pesquisa que estamos desenvolvendo junto à disciplina de História da Arquitetura da Universidade Federal do Ceará e que trata da documentação e sistematização do conhecimento relativo a reestruturação do espaço urbano de Fortaleza a partir de 1930.

Esclarecemos que este texto não pretende comunicar resultados de uma pesquisa concluída mas antes relatar alguns aspectos do estágio atual do trabalho sobre a reestruturação do espaço urbano de Fortaleza da referida época.

Na fase atual da pesquisa, o trabalho está concentrado na tentativa de um entendimento sobre o crescimento vertical de Fortaleza, nas décadas de 30 a 60, decorrente de nossa reflexão em torno da produção vertical.

Nesse sentido, o trabalho objetiva analisar a ação do Estado através das legislações urbanísticas debatendo no espaço urbano da cidade. Esta investigação se inicia com o primeiro Código Municipal de 1932, depois o Decreto n.785 de 26.02.1947, do Plano Diretor e além do Código Urbano Lei N. 2004 de 06.08.1962 e do Plano Diretor de Fortaleza, Lei n.2128 de 20.03.1963, (Urbanista Hélio Modesto).

Entre 1920 e 1940, Fortaleza teve um crescimento demográfico de 129,43%, o dobro das duas décadas anteriores. Este aumento populacional é acentuado pela seca de 1932, que provocou um contínuo processo de migração interna refletindo-se nas condições de higiene, saúde e habitação da cidade. Verifica-se assim, que uma estrutura espacial estratificada já se delineia mais claramente em Fortaleza, numa tentativa de espaços específicos para cada grupo social.

Na década de 30, algumas modificações são introduzidas no aparato de controle do estado, uma vez que o mesmo começa a legislar funções definidas quanto ao zoneamento, ocupação do solo, ao uso do concreto armado e ao registro de título aos construtores.

Modificações estas implantadas através do Código de 1932, anteriormente citada, e de duas plantas: a Planta Cadastral de 1932 e o Levantamento aerofotogramétrica de 1945. ¹

A planta de 1932 é um levantamento da expansão urbana da cidade desde 1888, em que se evidencia um crescimento físico mais acentuado no sentido sudoeste. Verifica-se também uma ocupação mais efetiva em direção à zona oeste da cidade, pelas classes média e alta, em decorrência da transferência da via férrea. Ao mesmo tempo, desencadeia-se um outro processo de ocupação nobre na zona leste (Aldeota), através de loteamentos ao longo da Avenida Santos Dumont, embora as habitações burguesas ainda se distribuíssem em outros locais principalmente ao longo das radiais (Visconde do Rio Branco, Bezerra de Menezes e Visconde do Cauipe), como também nos bairros Benfica e Joaquim Távara.

No Código de 1932, o concreto armado é destacado em um capítulo, material esse que vai representar a modernização da arquitetura e ao mesmo tempo vai exigir a participação de profissionais especializados, com seus respectivos registros de títulos. O artigo 63 do Código é bastante claro:

“Art.63- Somente se concederá registro de título:

- a) aos engenheiros civis, militares, arquitetos e equiparados, que apresentarem diploma passado pelas escolas superiores do país, ou do estrangeiro, oficialmente reconhecidas;
- b) aos mestres de obras que provarem sua capacidade para exercer a profissão, com título de institutos nacionais, ou estrangeiros, oficialmente reconhecidos oficialmente no Brasil;
- c) aos mestres de obras sem título, que tenham demonstrado capacidade na execução de obras no Município e evidenciarem em exame especial feito na Prefeitura a competência necessária ao exercício da profissão.

Art.66- Para as construções com estrutura metálica ou as em concreto armado e para as edificações de vulto, que possam comprometer a segurança publica ou particular, só poderão ser admitidos como construtores os profissionais a que se refere a alinea a do art. 63.

A atividade construtiva até então era desenvolvida por profissionais de formação pragmática em canteiro de obra e atividades de desenho. A partir da década de 30, a cidade já começa a conhecer então, as novas técnicas construtivas. O concreto armado começava a sobrepor-se às paredes de alvenaria e os engenheiros calculistas já dominavam o padrão arquitetônico e construtivo. Este grupo de engenheiros locais e do sul do país, é formado em especial por Alberto Sá, Sílvio Jaguaribe Ekman (engenheiro-arquiteto), Jaime Anastácio Verçosa, José Alberto Cesar Cabral, Romulo Proença. Com a participação de arquitetos licenciados como José Barros Maia (Mainha) . Além da contribuição do arquiteto Emilio Hinko. Como um exemplo notável para esta geração, podemos identificar os Pavilhões das Oficinas da Viação Cearense, anterior ao Projeto do MEC no Rio de Janeiro, pelo engenheiro Emílio Baumgart, participante da equipe da referida obra.

Quanto ao zoneamento o decreto de 1938 amplia o plano de divisão das zonas do Município, dividindo-o em quatro áreas : zona central, zona comercial, urbana e suburbana, além de determinar os bairros residenciais: Aldeota, Joaquim Távora, Benfica e São Gerardo. Isto enfatiza o crescimento urbano que a cidade desenvolve ao longo da década de 30 e 40.

Quanto à ocupação, o Código de 1932 determina no seu Art.223, a altura dos edificios no alinhamento da via pública e seus limites:

a) a mínima de 6m,00, não podendo a parte inferior da cimalha ficar a menos de 4m,30 do nível do passeio. Nos predios de mais de um pavimento destinados a residencia, o piso do primeiro andar não poderá ficar a menos de quatro metros do nível do passeio.

b) A máxima, proporcional á largura das ruas, sendo:

1- duas (2) vezes, quando menor de 10m,00;

2- duas e meia (2!/2) vezes, de 10 a 14m,00

3- três (3) vezes, quando for amior de 14m,00.

#.1.- Nas ruas em que houver projeto de recuo, a largura a considerar será a do projeto.

#.2.- Salvo caso especial a juizo da Prefeitura, a altura máxima de um prédio não poderá ser superior a **50 metros**.

Verifica-se ao examinar o decreto acima mencionado, que as construções poderiam atingir o máximo de 15 pavimentos aproximadamente, com exceção de algumas ruas da zona central onde só se poderiam construir sobrado. Logo depois o Decreto 1938² dá nova redação ao artigo 225 do Código Municipal, com relação as construções e reconstruções de predios predominantemente na

zona central, permitindo somente construções de dois ou mais pavimentos. Esta mudança irá favorecer o processo de verticalização da área central.

Assim, o que se constata no levantamento preliminar é que os primeiros exemplos de destaque de verticalização das construções até o surgimento do novo código (1947) ficam reservados em geral para o uso comercial e institucional no centro da cidade. Como exemplo temos: Casa Parente em 1936, (com 5 pavimentos) e Edifício Prudência-Companhia de Capitalização em 1947 (7 pavimentos) ambos de Silvio Jaguaribe Ekman, Correios e Telégrafos em 1933, (com 3 pavimentos) arquiteto Santos Neves, Edifício J.Lopes (com 7 pavimentos) e Edifício da Secretaria de Polícia e Segurança em 1942 (com 4 pavimentos) ambos do arquiteto Emílio Hincó, Cine São Luiz cuja construção foi iniciada em 1937 e reiniciada em 1950 (com 12 pavimentos), Cine Diogo em 1940 (com 9 pavimentos), Palácio do Comércio (com 4 pavimentos).

Observa-se por conseguinte o início do processo de verticalização nas proximidades da área central, já com a função residencial. Exemplos dessa tendência são: Edifício Carneiro em 1938 (com 5 pavimentos) de Silvio Jaguaribe Ekman, Edifício multifamiliar na Vila operária São José (1 pavimento) em torno de 1940³ e Conjunto residencial de dois andares, em Jacarecanga, projeto de Emilio Hinko.

É nesse momento, quando o processo de verticalização se instala, que observamos as primeiras manifestações de uma nova ordem arquitetônica, em contraposição ao ecletismo vigente, denominado por De Fusco⁴ como arquitetura “protomodernista”. Apesar de apresentar uma expressão moderna na sua pureza formal, com predominância da linha reta sem no entanto abandonar as formas curvas, mantém apesar disso, uma composição simétrica que denota vestígios ainda acadêmicos.

Comparando-se a planta de Fortaleza de 1932 com a de 1945, evidencia-se cada vez mais o crescimento urbano do eixo sudoeste, como também da área loteada no sentido leste. Esta ocupação intensiva para o sudoeste se deve à localização da zona industrial, que funciona como um polo de atração para um grande contingente de migrantes do interior do Estado, gerando como conseqüência, o surgimento das favelas de Fortaleza, além do crescimento de núcleos antigos, como a favela do Pirambu.

O plano diretor do arquiteto Saboia Ribeiro⁵, em seu artigo 13 estabelece cinco zonas para “limitação do volume e da posição dos prédios” .

- Zona 1-área central, os prédios poderão atingir a altura de 6 pavimentos além da sobreloja.
- Zona 2-expansão do centro, os prédios poderão ter no máximo 3 pavimentos com um recuo de 4 metros, com exceção das ruas Guilherme Rocha, São Paulo e Tristão Gonçalves.

- Zona 3, área residencial próxima ao centro e se deslocando para o Benfica, os prédios terão no máximo 2 pavimentos e serão recuados 3 metros do alinhamento.
- Zona 4, inclui o bairro da aldeota(leste), jardim américa e São João do Tauape (sul) e a periferia depois do trilho, poderão construir 2 pavimentos , porem com afastamento de 6 metros.
- Zona 5, constituída pelos terrenos ainda não arruados e loteados (sudoeste) – a urbanização deveria ser feita de acordo com os modernos princípios urbanos-paisagísticos.

Entre 1940 e 1950 a população de Fortaleza registrou uma taxa de crescimento de 50%, taxa superior a de Salvador. Nos anos subseqüentes, entre 1950 e 1960, a população quase dobrou atingindo uma taxa 90,6%, taxa essa superior a Salvador e Recife. Mais uma vez observa-se que as altas taxas demográficas, decorrem principalmente das correntes migratórias, proveniente na sua maioria, do interior do Estado, fenômeno esse acentuado periodicamente por fatores climáticos, como no caso das secas de 1951 e 1958.

O processo de verticalização é acentuado tanto no centro da cidade com a construção de várias construções com seis andares, como também nos bairros residenciais. Exemplo disso no centro são os dois edifícios Oriente e Atlântico na esquina da rua Major Facundo com Castro Silva. Estas edificações da área central persistem sendo uma expressão da arquitetura moderna apesar dos princípios corbusianos ainda não apareceram.

Nos bairros, essa tendência é menos acentuada, tanto na verticalização como na expressão formal, apesar de serem encontradas algumas inovações como a escada helicoidal destacada do volume principal, marquise sustentadas por colunas de ferro, telha canal aparente, utilização de brise-soleil. Inovações essas introduzidas pelo engenheiro Luciano Pamplona num edifício multifamiliar da Av. Monsenhor Tabosa, reafirmando a participação dos engenheiros-construtores no panorama construtivo e arquitetônico até o fim da década de 50. Este contexto é acentuado com a fundação da Escola de Engenharia em 1956.

Em 1962 foi aprovado o Código Urbano e em 1963 o Plano Diretor de Fortaleza. Quanto a ocupação, o Código de 1962, determina no seu artigo 83, a forma e altura dos prédios.

Art.83- Nenhum edifício, salvo os da área central e residencial R-2, poderá ter mais altura que ultrapasse de uma vez a largura do logradouro, nem Ter mais de três pavimentos.

Art.84- Os edifícios da zona central terão”, no máximo, 12 pavimentos, podendo o segundo ser construído como sobreloja devendo o teto do último pavimento situar-se no máximo a 40,00m acima do nível do passeio.

Observa-se na zona central, uma progressiva elevação do gabarito máximo permitido, passando de 7 pavimentos em 1947, para 12 pavimentos em 1962.

Quanto ao zoneamento o Código estabelece a seguintes áreas residenciais:

- R1- (área correspondente ao Bairro da Aldeota e Benfica) – uso residencial unifamiliar até 3 pavimentos, com afastamento de 3m do alinhamento e 1,5 e 2,5 nas laterais. O uso multifamiliar até 2 pavimentos com afastamento do alinhamento da rua e laterais de 10m.
- R2- (área próxima ao centro expandido) – uso residencial multifamiliar até 8 pavimentos com afastamento de 3m do alinhamento e 2,5 2,5 nas laterais. O uso unifamiliar até 3 pavimentos.
- R3- (área sul e sudoeste: Fátima, F.Brito,Alagadiço) – uso residencial unifamiliar e multifamiliar, em prédios com o máximo de 3 pavimentos, com afastamento de 3m do alinhamento e 2,5 e 2,5 para multifamiliar e 1,5 e 2,5 para unifamiliar._

Verifica-se que a área da aldeota (R1) é preservada da verticalização uma vez que o Código ao estipular grandes afastamentos na construção de edfícios inviabiliza esse tipo de investimento ao mesmo tempo que incentiva a residência unifamiliar.

A partir do final da década de 50 diversifica-se o quadro de profissionais na cidade, o contexto começa a se transformar com o retorno à terra natal, dos jovens arquitetos formados em outras regiões, principalmente do Rio de Janeiro. Este grupo é formado pelo José Liberal de Catro, José Neudson Braga, Ivan Brito, Eneas Botelho e outros.Em 1957 um grupo de sete arquitetos funda a Delegacia Cearense do Instituto de Arquitetos do Brasil e pela primeira vez, no ensino da Arquitetura, os arquitetos tinham oportunidade de montar isoladamente um curso nesta área. Em janeiro de 1965 realiza-se o primeiro vestibular para arquitetura, e em 1969 diplomava-se a primeira turma.

Nota-se nessa década que arquitetos, engenheiros aderem ao vocabulário moderno, principalmente nos edifícios da Universidade Federal do Ceará no bairro do Benfica. A influência da arquitetura moderna internacional se torna mais evidente a partir de então. Nestas novas propostas predominam os volumes de um, dois a três pavimentos com ou sob pilotis, destaque da estrutura na fachada, preocupação com o clima e com o emprego de brise-soleil. Exemplos dessa tendência são: Residência Universitária do arquiteto Ivan Brito, CETREDE e os Institutos Básicos os dois últimos projetos do arquiteto Liberal de Castro. Antiga Escola de Engenharia projeto de Luciano Pamplona.

Observa-se que o processo de verticalização em Fortaleza entre 1930-1960, objeto desse trabalho, teve origem na área central da cidade expandindo-se posteriormente para os bairros. Nessa tendência, a mudança da função foi alterada, predominando nas zonas residenciais os edifícios multifamiliares e institucionais. Foi no centro no entanto que se verificou com mais intensidade a concretização desse processo.

Bibliografia

- ANDRADE, Margarida. Onde moram os oprários... Vilas oprárias em Fortaleza, 1920-1940
CASTRO, José Liberal de – Ceará, sua arquitetura e seus arquitetos. In: CADERNOS BRASILEIROS- *Panorama da Arquitetura Cearense*. São Paulo: Projeto, 1982.
CEARÁ, Diário Oficial- 1933,1936, 1937, 1938, 1939, 1947.
DE FUSCO, Renato- *Historia de la arquitectura contemporanea*. Madrid: Blume, 1981
GIRÃO, Raimundo – *Plano Nestor Figueiredo*. In: Revista do Instituto do Ceará, t 47, 1943.
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA- *Código Municipal*, Decreto n.7.0 de 13.12.1932
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA- *Plano Diretor*, Decreto n. 785, de 26.02.1947
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA- *Código Urbano*, Lei n.2.004 de 06.08.1962
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA- *Plano-Diretor de Fortaleza* , Lei n.2.128 de 23.03.1963

Currículo

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Carteira de Identidade: 279.958

CPF: 028897063-20

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso de Arquitetura e urbanismo na Faculdade de Artes e Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, 1967 a 1971

Curso de especialização em Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos, Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco em convênio com a Secretaria de Planejamento-SEPLAN/ Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional-IPHAN, Recife - Pe- 1976.

Curso de mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal da Bahia

Tese: Onde moram os operários

Vilas operárias em Fortaleza: 1920-1940

ATIVIDADE DOCENTE

Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Universidade Federal do Ceará

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Chefe do departamento de arquitetura e Urbanismo 1983-1984 e 1995-1997

Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo 1997-1999

Sub Chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Coordenadora da Unidade Curricular de História da Arquitetura e Urbanismo

Representante do Departamento de Arquitetura e Urbanismo no Conselho de centro de Tecnologia da UFC

Membro da Comissão Organizadora do Museu do Ceará

ORIENTAÇÃO DE TRABALHOS DE GRADUAÇÃO

Orientação de vários trabalhos de graduação no período de 1990 a 1999

Títulos: Preservação e renovação do Centro Histórico de Aracati

PARTICIPAÇÃO EM BANCAS E COMISSÕES

Participação em várias bancas examinadoras de graduação na UFC.

Participação em bancas examinadoras para concurso de professor substituto na UFC, 1996, 1997.

Participação em bancas examinadoras para concurso de professor auxiliar na Universidade Estadual do Maranhão

ATIVIDADES DE PESQUISA

Onde moram os operários? Vilas Operárias em Fortaleza: 1920-1940, defendida em 1990.

Levantamento de bens Imóveis Históricos de Maranguape e proposta de Lei de Tombamento e Inventário de Maranguape, Convênio Universidade Federal do Ceará e Prefeitura de Maranguape.

PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIOS E CONGRESSOS

Vilas e Casa de Vilas, XIII Congresso Brasileiro de Arquitetos em Fortaleza, 1991.

Vilas Operárias em Fortaleza, I Congresso Latino Americano em Porto Alegre, 1992.

A legislação no campo da habitação popular em Fortaleza, III Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, São Carlos, 1994.

PROJETOS REALIZADOS

Projeto de Restauração da casa de Câmara e Cadeia de Icó, Ceará.

Projeto da Imprensa Oficial do Estado do Ceará, 1975

Projeto da TV Educativa do Estado do Ceará, 1973

Projetos de residências para juizes.

Todas as obras foram realizadas na Superintendência de Obras do Estado do Ceará no período de 1972-1975.

Endereço

Rua Coronel Linhares 2400, apt. 701, Bairro Dionísio Torres,
CEP: 60.170.241, Fone: (085) 244.07.60, Fax: (085)243.03.61, e-mail: cauct@ufc.br

Notas

- ¹ Esta última originou a Carta da Cidade de Fortaleza e Arredores, que norteou o futuro plano diretor da cidade em 1947 realizada pelo arquiteto cearense José Otacílio Saboia Ribeiro
- ² Decreto 384 de 07.07.1938
- ³ É a década de 40 que vai marcar a mudança na política de aluguel da Empresa Filomeno Gomes, concomitantemente com o desenho da vila, apertir de uma ocupação simétrica de duas quadras com apartameots de dois andares, terreo e um pavimento. Este projeto talvez realizado pelo Engenheiro Alberto Sá.
- ⁴ Sobre o assunto vide DE FUSCO, Renato.Historia de la arquitectura contemporanea, Madrid,Blume,1981
- ⁵ Decreto 785 de 26.02.1947